

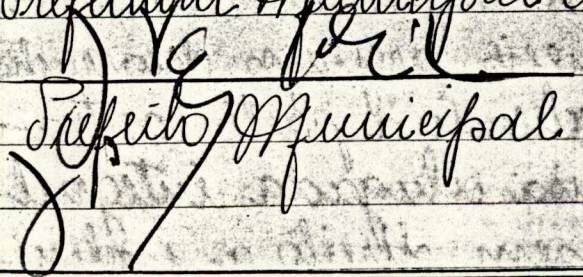
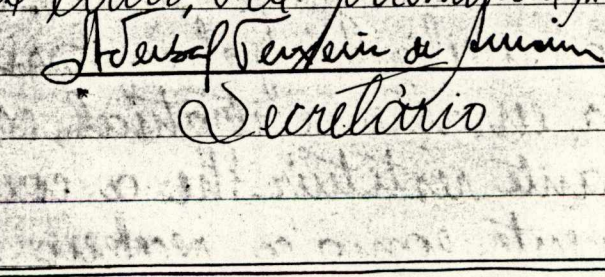
ares de cada lado do edifício, de frente, que não estão sujeitas ao pagamento da taxa, se murados. Cobrar-se-á, porém, a taxa correspondente se não houver tapume ou se este for considerado rústico, equivalente aos metros lineares, de frente, encontrados. X

Art. 5º Fica estabelecido o mínimo de R\$ 5,00 para a coleta de impostos e taxas, em cada caso, excluído o selo (Taxa de Expediente) em requerimento e papéis diversos, bem como quaisquer impostos e taxas não sujeitos à legislação municipal e que, eventualmente, sejam arrecadados pela Prefeitura.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor no dia 1º de janeiro de 1956.

Mando, portanto, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpra e faça cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Arcos, 5 de Novembro de 1955

 Prefeito Municipal  Secretário

Lei nº 127

Dispõe sobre arrendamento do terreno rural da Ilhina de Santana.

A Câmara Municipal de Arcos, decreta e sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica a Prefeitura Municipal au-

mento ao Sr. Prefeito e pagas as taxas respectivas, depois de liquidado integralmente o débito que deu origem a essa penalidade.

§ 2º Não se permitirá ligação de água e energia elétrica para luz ou força em prédios ou estabelecimentos em geral de propriedade ou utilizados por contribuintes devedores dos cofres municipais.

Art. 3º Para auxiliar as despesas com a assistência prestada pela Municipalidade às escolas rurais, fica criada a taxa escolar, que será cobrada na base de 1% (um por mil) 5/10 valor venal do imóvel rural.

X Art. 4º Com o fim de eliminar os tapumes rústicos e favorecer a construção de prédios no perímetro urbano da cidade, cobrar-se-á dos proprietários de terrenos urbanos em que existam tapumes rústicos ou muros uma taxa que será classificada sob a rubrica "Eventuais" e calculada da seguinte forma:

Desnuda Governador Valadares, rua Magalhães Pinto, rua Getúlio Vargas, rua Barbas Ferreira Lires, praça Floriano Peixoto, rua Cel. José Villeiro e rua Dr. Olinto Fonseca:

Muro por metro linear de frente. R\$ 10,00 por ano;
Muro em ruína por metro linear de frente. R\$ 20,00 por ano;
Tapumes rústicos (cercas de arame, bambus, madeira, etc) por metro linear de frente. R\$ 30,00 por ano;
Terrenos abertos (sem tapumes), por metro linear de frente. R\$ 30,00 por ano;

Parágrafo único. Nos terrenos onde existam edificações serão descontados 4 metros line

Por pena d'água cr\$ 50,00

Por hidrômetro:

Taxa mínima mensal, com direito até 6 metros cúbicos de água, ... cr\$ 15,00

Pelo consumo mensal excedente: de mais de 6 metros cúbicos até 10 metros cúbicos de água, por m³. cr\$ 5,00

De mais de 10 até 20 metros cúbicos, por m³. cr\$ 10,00

De mais de 20 até 30 metros cúbicos, por m³. cr\$ 15,00

De mais de 30 metros cúbicos, por m³. cr\$ 20,00

A taxa mínima mensal é obrigatória.

d) Renda do matadouro: A renda do Matadouro é a proveniente da matança de gado, estadia e transporte de carne, que será cobrada à razão de cr\$ 10,00 por cabeça de suíno abatido / cr\$ 20,00 por cabeça de bovino abatido e cr\$ 7,00 por cabeça de outros animais abatidos. A taxa para estadia e transporte será fixada oportunamente pelo Executivo Municipal.

Art. 2º - Fica a Prefeitura Municipal, como medida acauteladora de seus interesses, autorizada a interromper o fornecimento de água e de energia elétrica para luz ou força aos prédios e estabelecimentos de qualquer natureza ocupados ou utilizados, por contribuintes em débito para com os cofres municipais.

§ 1º - As ligações de água, luz e força cortadas por motivo do disposto acima, sómente serão restabelecidas, mediante requeri-

conhecimento, excluídos os relativos às rendas industriais e patrimoniais.

Atos do Prefeito, concedendo favores em virtude de leis Municipais. cr\$ 10,00

guias apresentadas às repartições municipais, para qualquer fim cr\$ 10,00

Titulos e documentos juntos a requerimentos ou memoriais dirigidos a qualquer autoridade municipal, por fôlha. . cr\$ 5,00

Despacho para funcionamento de casas comerciais, por ano. cr\$ 50,00

Registro de titulos ou documentos. . cr\$ 20,00

Alvarás. cr\$ 20,00

Certidões. cr\$ 20,00

Atestados em geral. cr\$ 20,00

Requerimentos dirigidos às autoridades municipais, com ou sem envelopes, abertos ou fechados. cr\$ 4,00

Transferências de casas comerciais (Ver o artigo m. 43, do Decreto Estadual n. 2.325, de 4 de novembro de 1946. cr\$

Placas para numeração de carro de bois, carroças e bicicletas. cr\$ 35,00

Placas para numeração de casas. . . cr\$ 35,00

Numeração de casas, por ano. . . . cr\$ 5,00

Para outros atos ou serviços não previstos na tabela supra, fica a taxação a critério do Sr. Prefeito.

c) Taxa D'água - É a renda proveniente do serviço de água potável mantido pela municipalidade e será cobrada conforme o que se segue:

Taxa mensal:

das horas regulamentares, por ano	cr\$ 50,00
<u>Veículos</u>	
Caminhão com capacidade para mais de 1.500 kgs. de carga, fardineira ou ônibus, por ano	cr\$ 300,00
Caminhão com capacidade até 1.500 kgs. de carga, por ano	cr\$ 200,00
Caminhão com capacidade para mais de 6.000 kgs. de carga, por ano	cr\$ 400,00
Camionete, microônibus, por ano	cr\$ 200,00
Automóvel de aluguel, por ano	cr\$ 150,00
Automóvel particular, por ano	cr\$ 100,00
Veículos motorizados, de outros tipos, para passageiros, por ano	cr\$ 200,00
Motocicletas, por ano	cr\$ 50,00
Bicicletas, por ano	cr\$ 30,00
Barro de bois, lavoura, por ano	cr\$ 50,00
Barro de bois, aluguel, por ano	cr\$ 50,00
Barrocas comuns, de 2 rodas, por ano	cr\$ 50,00
Charrute, por ano	cr\$ 50,00

Outras licenças para atos ou serviços que não tenham sido previstas na tabela acima, fica a taxa a critério do Sr. Prefeito.

b. Imposto S/ Atos da Economia do Município ou assuntos da sua Competência:

(Taxa de Expediente): - O imposto sobre atos da economia do município ou assuntos da sua competência (Taxa de Expediente) será cobrado como se o ou por conhecimento, de todos os papéis que transitarem pela Prefeitura, sujeitos a despacho de qualquer autoridade municipal, bem como por serviços de secretaria. Será ainda este imposto cobrado sobre todos os conhecimentos expedidos, à razão de cr\$ 10,00 (Dez cruzeiros) por

torizada a arrendar, mediante concorrência pública ou administrativa, um terreno pertencente ao patrimônio municipal, situado abaixo de um córrego afluente do rio Santana, e que faz parte dos terrenos da Usina Hidro Elétrica em construção na cachoeira do referido rio, ao preço de R\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), mínimos, por ano.

Parágrafo único: O pagamento do aluguel será feito no ato de assinatura do respectivo contrato, podendo, excepcionalmente, o Sr. Prefeito decidir irse pagamento em duas prestações, pagas adiantadamente no início de cada semestre.

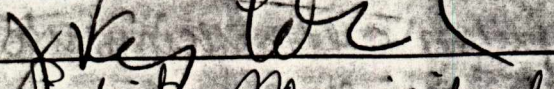
Art. 2º O contrato de aluguel terá a duração máxima de um ano, podendo, mediante concorrência pública ou administrativa, ser renovado ou firmado novo contrato com outrem, desde que advenham vantagens para os cofres municipais.

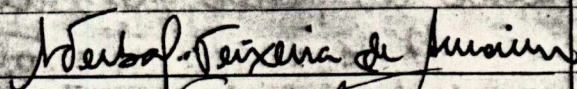
Parágrafo único: A Prefeitura não se responsabiliza pelos possíveis prejuízos decorrentes da cessação contratual, cabendo à parte contratante restituir-lhe a coisa alugada integralmente como a recebeu, sem direito a indenizações.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpra e faça cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Arcos 5 de Novembro
de 1955.


Prefeito Municipal


Secretário

Lei nº 128

Dispõe sobre a criação de escolas
rurais e respectivos cargos de
professores e abre crédito especial.

A Câmara Municipal de Arcos decreta e eu
sauciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam criadas neste Município
mais duas escolas rurais, localizadas nos se-
quintes lugares:

1 escola em Santana;

1 escola em Limeira;

Parágrafo único: As denominações a
essas escolas serão dadas oportunamente, por
decreto do Executivo Municipal.

Art. 2º Ficam criados, no quadro do fun-
cionalismo municipal, mais 2 cargos de pro-
fessores do ensino rural, com os vencimentos
anuais de R\$ 5.400,00, cada um.

Art. 3º Os vencimentos desses professores
serão pagos a partir do mês de janeiro do
corrente ano.

Art. 4º Para atender as despesas auto-
rizadas por esta lei, fica aberto o crédito espe-
cial de R\$ 65.700,00.

Art. 5º Revogam-se as disposições em